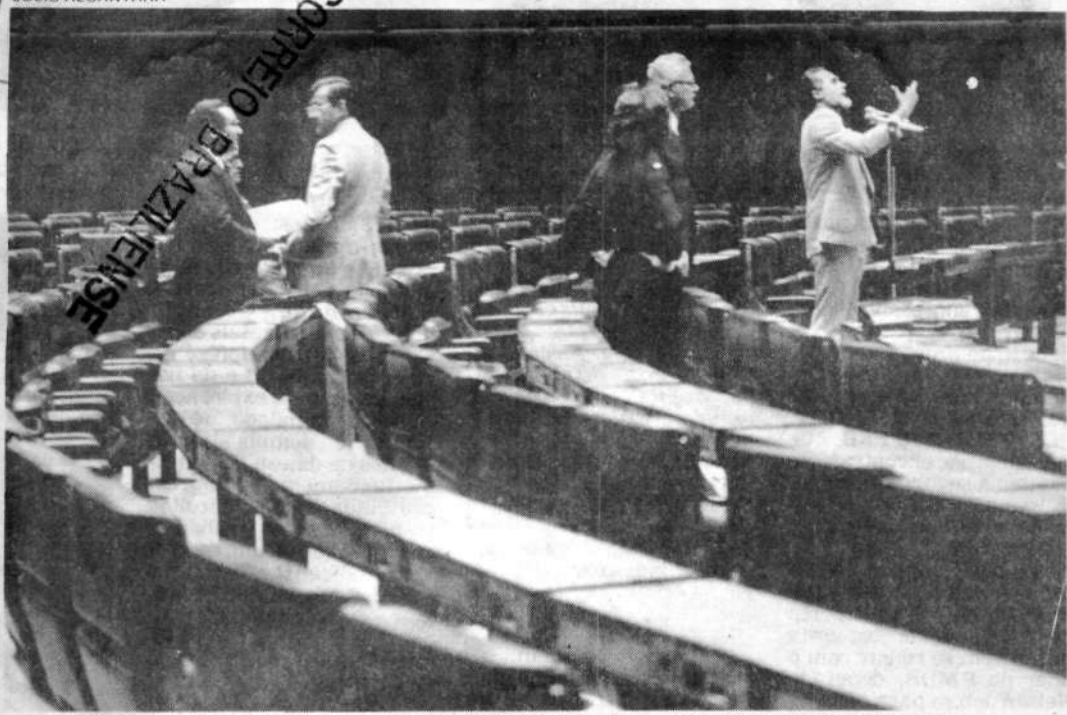


JULIO ALCANTARA



Observado por Robertão num plenário vazio, Genoino criticou a tutela militar

29 discursam para só 10 em plenário

Se for levado em conta o número de oradores que subiram à tribuna ontem no primeiro dia de discussão em 2º turno do projeto da Constituição, a sessão pode ser considerada um sucesso. Embora o quorum médio não tenha chegado a 10 presentes, 29 constituintes tiveram oportunidade de se pronunciar, seis deles por duas vezes, em alguns casos para apenas um ou dois ouvintes. Por quatro horas, os discursos destacaram o trabalho da relatoria, enumeraram pontos passíveis de supressão e atacaram as notícias de que as multinacionais se preparam para distribuir US\$ 2 milhões sobre a Assembléia para garantir seus interesses na nova Carta.

Para provar que a etapa de discussão do projeto pelo plenário está surtindo efeito, mesmo que não haja quorum, a Mesa já marcou sessões para amanhã e domingo, quando (com raras exceções) o número de presentes se limita ao de oradores. A sessão de hoje começa às 14h30, outro indicio também de que os trabalhos prosseguirão no final de semana, pois as sessões de sexta-feira costumam ser de manhã. A única presença confirmada nestes cinco dias de discussões é a do relator Bernardo Cabral. Ele garantiu ontem que só não comparecerá se a saúde lhe faltar. A Presidência da Mesa, no entanto, já mostrou desde ontem sua diversidade, ao ser exercida por quatro constituintes. Além do 1º vice-presidente Mauro Benevides, ocuparam o lugar de Ulysses

Guimarães o 3º secretário, Arnaldo Faria de Sá; o 3º suplente, Sotero Cunha; e o deputado Antônio de Jesus, por cerca de cinco minutos.

Jesus teve tempo apenas de dar a palavra a um orador e elogiar o trabalho de Cabral sobre o texto constitucional. Embora a atuação do relator tenha sido elogiada com unanimidade, o projeto de Constituição sofreu as devidas críticas de acordo com os objetivos dos autores de cada emenda supressiva que está sendo apresentada. Os relatores-adjuntos senador José Fogaça (PMDB/RS) e deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ) também ocuparam a tribuna para destacar o trabalho de Cabral. "Ele caminhou sobre o fio da navalha na busca de melhor linguagem", lembrou Fogaça. "Ele e Ulysses Guimarães simbolizam a garantia de que teremos uma Constituição nova, moderna e progressista", disse depois Oliveira. O elogiado não deixou de retribuir as referências ao seu desempenho.

Foi em meio à troca de elogios que os 29 constituintes

apresentaram suas sugestões de revisão do texto constitucional. O deputado Josualdo Cavalcanti (PFL/PI) avisou que tentará garantir os mesmos direitos da aposentadoria, fixados para professores de 1º e 2º graus, aos demais educadores. Mendes Ribeiro (PMDB/RS) voltou a lamentar a "penalização do bom pagador", que ficou excluído dos benefícios da isenção da correção monetária às dívidas dos microempresários e pequenos produtores rurais. Amaury Muller (PDT/RS) pretende excluir a propriedade produtiva das áreas não suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

A consagração do princípio da tutela militar na organização do estado foram destacados pelos deputados José Genoino (PT/SP) e Lidice da Matta (PC do B/BA), que pretendem trabalhar para suprimir esta característica do texto constitucional. Genoino criticou ainda a tipificação da tortura como crime inafiançável, igualada ao terrorismo e ao tráfico de drogas; Lidice ressaltou os avanços nas questões relativas à mulher.

DEBATE

O verdadeiro debate sobre o texto constitucional aconteceu já no final da sessão, depois que o deputado Aldo Arantes (PC do B/GO) assinalou o que considera o grande retrocesso do texto, na questão da reforma agrária, e destacou como avanços a pro-

ibição do contrato de risco, o monopólio estatal na exploração mineral e o conceito de emenda nacional. Como resposta a seu pronunciamento, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) subiu à tribuna e garantiu que o dispositivo aprovado em relação à reforma agrária, em primeiro lugar, está de acordo com o programa básico do PMDB.

Pelas linhas programáticas de seu partido, segundo Cardoso Alves, o País precisa de uma política agrícola e a reforma agrária é tratada como questão secundária, só permitida sobre latifúndios improdutivos e minifúndios inviáveis. "Isto está no texto constitucional", lembrou. Ele assegurou que, se não tivesse havido uma "batalha campal" na discussão desta matéria, os entendimentos teriam levado a um outro resultado. Com conhecimento de causa disse ainda que não é a simples distribuição de terras que resolverá os problemas do trabalhador rural. "Precisa haver, simultaneamente, financiamento, tecnologia e trabalho", afirmou.

Cardoso Alves se manifestou ainda contra a exclusão do capital estrangeiro da economia nacional. "Precisamos dele, mas não de forma colonizadora", ressaltou. Da mesma forma, considerou irracional o dispositivo que proíbe os contratos de risco na exploração de petróleo às empresas estrangeiras. "Por que o risco tem que ser nosso. Nós queremos é o petróleo; deixemos eles correrem o risco".